



O QUE REALMENTE A RIO+20 PODE NOS DAR?

David M. Lapola

O nome oficial da Rio+20 é Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Acontecerá no final de junho, no mesmo Rio de Janeiro que sediou a Rio-92 (daí o nome popular Rio+20). Analisando historicamente, a Rio-92 foi até bem-sucedida, devido em grande parte ao *momentum* ambiental vigente à época. Resultou em acordos internacionais importantíssimos, e legalmente vinculantes (isto é, quando os países têm metas objetivas a cumprir), como a Convenção do Clima e a Convenção da Diversidade Biológica. Talvez a maior diferença entre a Rio-92 e a Rio+20 seja que a pauta do encontro deste ano não inclui nenhuma convenção – como uma Convenção sobre Desenvolvimento Sustentável – ou nenhuma discussão que irá se traduzir em ações claras e objetivas para se alcançar o tal desenvolvimento sustentável (DS). [...]

Mas um tímido começo de mudança em relação a isso se revela. Em adição ao documento-base inicial da Rio+20 – que de suas iniciais vinte páginas já pulou para quase trezentas páginas recheadas de discordâncias entre os países –, há uma proposta de se elaborar um novo documento contendo os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. A intenção é ter algo similar, em sua forma, aos “Objetivos do Milênio”, definidos pela ONU em 2000, a serem alcançados até 2015 (um sucesso parcial até agora). [...] Entretanto, até o momento os diplomatas estão preferindo esboçar apenas algo geral e deixar a parte de metas objetivas deste documento (isto é, quais ações precisam ser tomadas e quem deve agir) para ser definida apenas em 2015.

Vale colocar aqui algumas palavras sobre o

Que nosso pessimismo sobre a Rio+20 esteja errado e ela seja o pontapé inicial da invenção de novo mundo

conceito de desenvolvimento sustentável. Em sua forma moderna, ele nasceu em 1987 a partir do estudo “Nosso Futuro Comum”, elaborado por uma comissão da ONU. Já nasceu ambíguo e talvez amplo demais ao estabelecer que desenvolvimento sustentável é aquele “que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades [...]”. Não sabemos ao certo quais são as necessidades da geração atual, que estão em constante mudança a cada lançamento de um novo produto eletrônico, ou

a cada programa assistencialista do governo brasileiro. Quiçá das futuras. [...] Agora o conceito se transfigura em “economia verde”, cuja implementação é um dos temas centrais da Rio+20 – apesar de pouca gente que se sentará na mesa de discussões entender o que ela significa. A verdade é que ao inter-relacionar problemas sociais, econômicos e ambientais, o conceito de DS (ou economia verde, se preferir) se torna tão amplo que fica fácil perder-se em considerações gerais e não entrar em termos objetivos. [...]

Recentemente participei de uma grande conferência científica em Londres (Planet Under Pressure) na qual os mais de 3.000 participantes elaboraram uma declaração descrevendo o atual estado de intervenção humana no planeta. Um documento cientificamente muito forte e com conclusões alarmantes, que foi remetido ao secretariado oficial da Rio+20, de forma a tentar influenciar os rumos das discussões em junho. Muito me lembrei de uma conferência sobre mudanças climáticas em Copenhague em março de 2009 que igualmente tentou influenciar, através de uma declaração científica,

a cúpula do clima que ocorreu alguns meses mais tarde na mesma cidade. Como todos sabem, apesar dos esforços científicos em informar os políticos, a cúpula foi um completo fracasso. [...] Os chefes de Estados desenvolvidos já apontam que não querem tocar em questões ambientais enquanto estiverem imersos em suas crises econômicas. [...] Talvez seja um reflexo de que nós cientistas, e muito provavelmente a sociedade em geral, não estamos bem representados pelos políticos. Isso ficou bastante evidente aqui no Brasil durante a tramitação do projeto de lei do novo Código Florestal [...]. Torna-se premente então – principalmente para nós brasileiros que somos erroneamente acostumados a esperar que o Estado resolva tudo – que ações em direção ao DS sejam tomadas também nos âmbitos comunitário e pessoal.

Uma apresentação que me chamou muito a atenção em Londres foi a do prof. Richard Wilkinson (Universidade de Nottingham, Reino Unido) sobre desigualdade social e qualidade ambiental. [...] Um gráfico em específico ficou gravado em minha cabeça: no eixo “x” os diferentes países distribuídos de acordo com seu nível de desigualdade; no eixo “y” o uso de bicicletas pela população. Países mais desiguais (como Brasil e EUA) usam menos bicicletas – e mais carros –, enquanto países mais igualitários (como Suécia e Alemanha) usam mais bicicletas. Bem, na verdade, essas pessoas não precisaram de uma política pública obrigando-as a deixarem seus carros em casa e usarem bicicletas. Mas, sim, essa situação foi catalisada por ações de governo no sentido de promover igualdade social, o que, talvez sem querer, acabou por melhorar os outros dois pilares do DS – econômico e ambiental – nestes países. Fica aqui então o apelo aos que se sentarão à mesa da Rio+20 para inclusão deste tema, até agora negligenciado, que é igualdade social como um instrumento para alcançarmos o DS. [...] Que nossas previsões pessimistas acerca da Rio+20 estejam erradas, e que ela seja o pontapé inicial da invenção de um novo mundo. Não temos outro à mão. O caminho do DS pode ser muito sinuoso, mas é possível trilhá-lo.

David M. Lapola é professor do Instituto de Biociências, Câmpus de Rio Claro.

A íntegra deste artigo está no “Debate acadêmico” do Portal Unesp, no endereço <http://www.unesp.br/noticia.php?artigo=8339>